

Hoje, vou falar diretamente para os agricultores do Rio Grande do Sul. Quero explicar o que o meu Governo e o Governo Estadual fizeram – e ainda estão fazendo – para amenizar os problemas dos produtores gaúchos. Oitenta mil famílias, em 180 municípios, foram prejudicadas pela seca que castigou o Estado no final do ano passado. As lavouras de soja e de milho foram as mais afetadas, e essas duas culturas são de grande importância para a economia regional, em termos de renda, de emprego e de abastecimento.

Justamente por isso, nossa ação foi rápida. Logo no dia 5 de janeiro, aprovamos medidas para permitir o replantio do milho e da soja. Vejam o que nós fizemos: prorrogamos, por 15 dias, o prazo para os agricultores buscarem o crédito rural oficial e o enquadramento no Proagro; facilitamos as regras desse seguro agrícola, para cobrir os prejuízos que os agricultores tiveram e para permitir novos empréstimos e novo Proagro. Quem já tinha feito o empréstimo, teve o pagamento da dívida prorrogado por dois anos, nas mesmas condições em que tinha recebido o crédito. Além disso, autorizamos a concessão de EGF – que é um empréstimo do Governo Federal, até 30 mil reais, sem opção de venda – aos produtores de uva do Rio Grande do Sul. Eles estavam com dificuldades para a comercialização da safra por causa da crise nas cooperativas de vinho. Essa foi a primeira vez que o Governo estendeu o EGF aos produtores de uva.

Na semana passada, o Conselho Monetário Nacional aprovou o adiamento do pagamento das dívidas do crédito rural dos agriculto-

res que vivem em áreas prejudicadas pela seca e pela chuva nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Também ficou decidido que o Governo dará um EGF, até 30 mil reais, com opção de venda, para comercialização da safra de 95/96. Portanto, os pequenos agricultores gaúchos vão ter um novo empréstimo na colheita.

Todas essas medidas beneficiaram os produtores que já trabalhavam com os bancos. Era preciso fazer alguma coisa pelos pequenos agricultores que não têm acesso ao sistema bancário. Junto com o Governo do Rio Grande do Sul, distribuímos, de graça, sementes de milho e feijão para o replantio. Vão ser liberados 3 milhões de reais, através da Defesa Civil, para os municípios que decretaram estado de emergência. Com esse dinheiro, as prefeituras poderão, inclusive, comprar milho e doá-lo aos agricultores. Nesse caso, o Governo atende aos produtores que não têm como alimentar os seus rebanhos.

Depois de solucionar todos esses problemas, ainda sobrava um: garantir a sobrevivência dos pequenos agricultores até a colheita. Começamos a conversar com o Governo do Rio Grande e com representantes dos agricultores, para buscar uma saída. Mas as negociações foram interrompidas por ações violentas, como o fechamento de estradas e a invasão do prédio do Ministério da Fazenda em Porto Alegre. E eu já disse várias vezes: a violência não ajuda, só atrapalha. Na democracia, as pessoas conversam, negociam e se entendem, principalmente no momento em que o Governo quer ajudar os agricultores, porque sabe que eles precisam.

Quando as invasões acabaram, nós decidimos o que fazer. O Governo Federal vai liberar 40 milhões de reais para o Rio Grande do Sul. O Governo gaúcho selecionará as famílias dos agricultores e emprestará até 2 mil reais para cada uma. Os agricultores vão pagar o empréstimo com o produto, num prazo de três anos, com um ano de carência. E esse dinheiro é para o produtor se manter até a colheita.

Por todas essas razões, é importante continuar as negociações com a Contag, com os movimentos legítimos dos trabalhadores, para que possamos ajustar as nossas possibilidades às necessidades de cada segmento de pequenos produtores.

A ajuda do Governo Federal vai além dessas medidas. Já determinei aos Ministérios da Agricultura, da Fazenda e do Planejamento que reformulem o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf. Queremos ampliar o Pronaf, porque ele é eficaz para gerar emprego e renda e manter o agricultor no campo.

A solução para os problemas enfrentados pelos pequenos produtores gaúchos poderia ter saído há mais tempo, se não fossem os atos de violência: o fechamento de estradas e a invasão do prédio do Governo. Como bem disse o Governador gaúcho, Antônio Britto: “Bloqueou a estrada, bloqueou a conversa.” Sei que a situação é difícil, mas não concordo e não concordarei jamais com medidas de violência.

O Governo está atento. Ajudou e vai ajudar mais ainda, sempre que for necessário, legítimo e dentro das possibilidades do nosso orçamento.